



JUCESP PROTOCOLO  
0.693.193/19-0



**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

**ATA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
53ª (QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril de dois mil e dezenove (2019), às quinze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois (162), sexto (6º) andar, São Paulo, SP, compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, C.N.P.J 71.832.679/0001-23 – NIRE 35300136497, titulares das ações correspondentes à maioria do capital social com direito a voto, conforme consta do livro de presença de acionistas, tendo sido o Estado de São Paulo representado pela Procuradora do Estado Bruna Tapié Gabrielli, a União Federal, pelo Doutor Renato Jimenez Mariano e a São Paulo Transporte S/A, pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Milton Frasson, o Senhor Rogério Felipe da Silva e o Senhor Sidney Ferreira, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM, a Senhora Roberta Campedelli A. Gonçalves e como representante da empresa Mazars Auditores Independentes, o Senhor Mauro Akio Sakano. Verificada a existência de número legal, e na forma do artigo 5º (quinto) do Estatuto Social, a presidência foi exercida pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela, que designou para secretariar os trabalhos o Doutor Renato Jimenez Mariano. Constituída a mesa, declarou a Senhora Presidente regularmente aberta a 26ª (vigésima sexta) Assembleia Geral Ordinária e a 53ª (quinquagésima terceira) Assembleia Geral Extraordinária. A Senhora Presidente procedeu à leitura do Aviso aos Acionistas, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 28, 29 e 30 e do mês de março de 2019 e no jornal Agora SP nos dias 28, 29 e 30 do mês de março de 2019, neste teor: "COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM – C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 - AVISO AOS ACIONISTAS - Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao encerramento do exercício social de 2018, acham-se à disposição dos Acionistas desta Sociedade em sua sede localizada na Rua Boa Vista, nº 162, 6º andar, nesta Capital. São Paulo, 28 de março de 2019. Pedro Tegon Moro - Diretor Presidente". Dando prosseguimento aos trabalhos, a Senhora Presidente realizou a leitura do edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 13, 16 e 17 do mês de abril de 2019 e no jornal Agora São Paulo nos dias 13, 16 e 17 do mês de abril de 2019, neste teor: "GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM – C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 – CONVOCAÇÃO – "26ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e 53ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 29/04/2019, às 15h00, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia: A – Assembleia Geral Ordinária: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; Eleição dos membros do Conselho Fiscal. B – Assembleia Geral Extraordinária: Eleição de membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários; Alteração estatutária para contemplar o seguinte: Artigo 1º - inclusão da denominação "empresa pública", em razão da realização do resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, passando a vigorar a seguinte redação: "ARTIGO 1º - A sociedade por ações denominada COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis Federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais e aplicáveis"; e Capítulo XVII – Disposição transitória – exclusão dos artigos constantes da Disposição Transitória, em razão

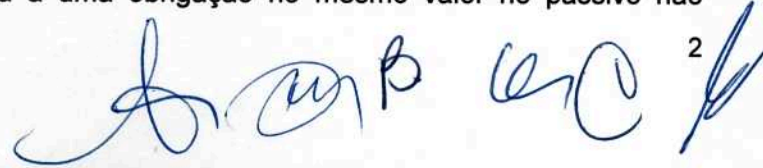
*[Handwritten signatures and initials]*



JUCESP  
18 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

de as situações nele previstas estarem superadas – prorrogação dos mandatos dos Conselhos ante a exigibilidade do procedimento de supervisão do Comitê de Elegibilidade e o resgate da totalidade de ações de titularidade de acionistas privados. São Paulo, 13 de abril de 2019. Silvani Alves Pereira - Presidente do Conselho de Administração.” A seguir, foi dispensada a leitura dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Empresa, por serem de conhecimento dos presentes; e do Relatório, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, por terem sido publicados nos jornais Agora SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 09 de abril de 2019. A Senhora Presidente registrou que os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 081/2019 (Processo S.F. nº 12091-165937/2019), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. Assim, em continuidade à primeira sessão desta Assembleia, foi dado início aos trabalhos e colocados os assuntos em discussão: A – 26ª (vigésima sexta) Assembleia Geral Ordinária: Com relação ao item “1” (um) da ordem do dia, que versa sobre a apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2018, a representante do acionista Estado de São Paulo destacou que considerando a instrução processual, inclusive a manifestação técnica da Coordenadoria da Administração Financeira – Departamento de Entidades Descentralizadas – CAF-DED, bem como o relatório elaborado pelo Departamento de Controle e Avaliação – DCA órgãos da Secretaria da Fazenda, a matéria assemblear encontra-se em condições de ser submetida à apreciação dos acionistas, devendo o voto do Senhor Procurador do Estado ocorrer com observância dos parâmetros a seguir. A matéria a ser apreciada no **item “1”** versa sobre tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Sobre as demonstrações financeiras, a “Mazars Auditores Independentes” opina em seu Relatório que, “exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada ‘Base para opinião com ressalvas’”, e com os parágrafos de “Ênfase”, a seguir transcritas, essas “apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **“Base para opinião com ressalva** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 58 trens e peças sobressalentes dos mesmos, destes 08 entregues no segundo semestre de 2016, outros 22 no decorrer de 2017 e outros 28 no decorrer de 2018, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.597.315 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 47.386 mil (30 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 859.860 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 15.128 mil em 2017). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.597.315 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 859.860 mil em 31 de dezembro de 2017) respectivamente, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está superavaliado em R\$ 32.258 mil (R\$ 31.666 mil em 31 de dezembro de 2017). Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.5, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não





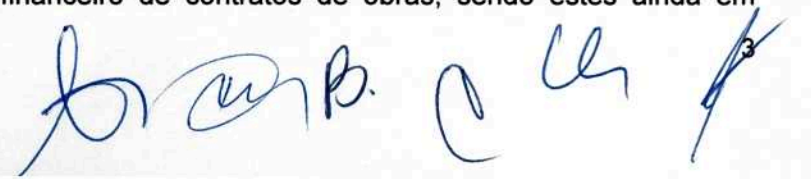
JUCESP  
13.07.19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2018. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 50.674 mil em 31 de dezembro de 2018, respectivamente (R\$ 42.048 mil em 31 de dezembro de 2017) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está superavaliado em R\$ 8.644 mil (R\$ 8.638 mil em dezembro de 2017). Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.6, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu operacionalmente a Linha 5 Lilás para o Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, de R\$ 1.074.304 mil em 31 de dezembro de 2018, líquido da depreciação acumulada de R\$ 494.995 mil (R\$ 1.108.215 mil em 31 de dezembro de 2017, líquido da depreciação acumulada de R\$ 459.127 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metrô de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.074.304 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.569.299 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 494.995 mil em 31 de dezembro de 2018, respectivamente (R\$ 1.108.215 mil, R\$ 1.567.342 mil e R\$ 459.127 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2017) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está subavaliado em R\$ 35.868 mil (R\$ 35.754 mil em 31 de dezembro de 2017). Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia possui o montante de R\$ 2.212.598 mil registrado na rubrica "Imobilizações em Andamento" em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.453.349 mil em 31 de dezembro de 2017). Enfatizamos que ainda existem itens classificados em "imobilizações em andamento" cuja transferência para o "imobilizado em operação" ainda não foi efetuada, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso e do total registrado em "imobilizações em andamento", ainda existem R\$ 1.512.049 mil (R\$ 1.663.470 em 31 de dezembro de 2017), cujos contratos encontram-se encerrados, cancelados ou suspensos, e cuja retomada dos mesmos depende do contingenciamento de recursos por parte do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre os itens que eventualmente deveriam ter sido reclassificados para o "imobilizado em operação", nem sobre os eventuais valores que deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício sobre os itens cujos contratos encontram-se encerrados ou suspensos, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

**Ênfase - Denúncia Criminal pelo Ministério Público** - Em 09 de junho de 2017, foi aberta uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, através do GEDEC - PIC - GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), em que arrolados 4 gestores da CPTM e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizada pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. Quanto ao exposto, até o momento não houve qualquer intimação e/ou abertura de qualquer processo judicial entre os envolvidos. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

**- Processos judiciais** - A Companhia possui processos judiciais de reequilíbrio econômico e financeiro de contratos de obras, sendo estes ainda em





JUCESP  
15 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

tramitação judicial. Com relação a estes processos, em caso de perda para a Companhia, irá gerar um passivo, e consequentemente um ativo (ativo fixo) correspondente, a qual será lançado a resultado somente através de sua depreciação. Em 31 de dezembro de 2018 este montante é de R\$ 222.329 mil (R\$ 232.715 mil em 31 de dezembro de 2017). - **Processos trabalhistas** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.1, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. - **Seguros** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto." O Senhor Procurador do Estado, considerando o relatório da auditoria independente e as manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal, deliberou pela aprovação do item, com abstenção dos representantes da União Federal e da São Paulo Transportes S/A – SPTrans. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, deverá ser recomendado à administração da Companhia a tomar as providências cabíveis de forma a atender os apontamentos da auditoria independente, procedendo aos ajustes necessários. O **item "2"** versa sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal. Considerando a competente autorização governamental, o Senhor Procurador do Estado acolheu a indicação dos Senhores: Senhora Roberta Campedelli Ambiel Gonçalves, brasileira, casada, Advogada, RG nº 20.729.825-7, CPF nº 694.224.436-87, com endereço na Rua Geranio, 174, Indaiatuba, São Paulo e seu respectivo suplente Senhor Michael Sotelo Cerqueira, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 33.427.569-6, CPF nº 284.295.458-08, residente e domiciliado na Rua Joaquim Ferreira, nº 124, apto. 1401, Água Branca, São Paulo, SP; Senhora Adriana Azevedo Pannunzio, brasileira, casada, graduada em Ciências Sociais, RG nº 64.061.665-3, CPF nº 393.610.476-04, com endereço na Rua Angatuba, nº 595, Pacaembu, São Paulo, SP e sua respectiva suplente Senhora Conceição Aparecida Filetti, brasileira, divorciada, Contador, RG nº 11.760.945-6, CPF nº 015.315.768-26, com endereço na Rua das Pitombeiras, 192, apto. 21, Jabaquara, São Paulo, SP; Senhor José Ricardo Mega Rocha, brasileiro, divorciado, Administrador, RG nº 2.650.615-71-BA, CPF nº 391.090.385-15, com endereço na Rua Sorocaba, nº 305, apto. 1904, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ e sua respectiva suplente Senhora Jéssica Souza de Brito, brasileira, casada, graduada em Letras, RG nº 33.726.042-4, CPF nº 297.576.608-41, com endereço na Rua Costa Barros, nº 2.200, Sítio Pinheirinho, São Paulo, SP, cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Ainda, nos termos do artigo 240, da Lei das Sociedades Anônimas, o Senhor Procurador do Estado acolhe a eleição do Senhor Rafael Souza Pena, brasileiro, casado, Auditor Federal, RG 1.058.710 – SSP/DF, CPF nº 561.262.471-91, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo, Ala B – COAFI e seu respectivo suplente Senhor Marcus Lima Franco, brasileiro, casado, Auditor Federal, RG. 90002028048 SSP/CE, CPF nº 676.675.973-91, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo do Ministério da Fazenda, Ala B, térreo, sala 26 – COPEF/STN, cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia, para compor o Conselho Fiscal da Companhia, na qualidade de representante do acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia – União Federal, tendo o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do estatuto social, atestado a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 (Processo S.F. nº 12091-292348/2019, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A posse dos demais eleitos fica condicionada à conformidade dos requisitos





DUCESP  
18.07.19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, a ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do estatuto social. Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável, tendo sido este item da pauta aprovado pelos representantes do Estado de São Paulo e da União Federal, abstendo-se o representante da São Paulo Transporte S/A – SPTrans. B – 53ª (quinquagésima terceira) Assembleia Geral Extraordinária: No tocante ao item "1" da pauta extraordinária, deverá o Senhor Procurador do Estado acolher as indicações dos seguintes membros para compor o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga; e Paulo José Galli. As indicações contaram com a competente autorização governamental, e a conformidade dos requisitos necessários foi devidamente atestada (Processo S.F. nº 12091-789106/2017, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no estatuto social, inclusive no que se refere à entrega da declaração de bens. Os membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento exercerão suas funções, sem mandato fixo, não fazendo jus a qualquer remuneração. As funções de aconselhamento estratégico aos órgãos de administração, conforme previstas no estatuto social, não poderão ser exercidas por membro do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento que também for membro de órgão de Administração. De conseguinte, o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento ficará com a seguinte composição: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 33.324.437/GO, CPF nº 873.422.351-72, com endereço na Avenida 1136, nº 555, Santa Marista, Goiânia – GO; Paulo José Galli, brasileiro, casado, Gestor Financeiro, RG nº 13.605.523-0, CPF nº 024.563.658-79, com endereço na Avenida Tasso Pinheiro, nº 1455, Vila Maringá, Jundiaí, SP; e Michael Sotelo Cerqueira, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 33.427.569-6, CPF nº 284.295.458-008, com endereço na Rua Joaquim Ferreira, nº 124, apto. 1404, Torre 2, São Paulo, SP. Com relação ao item "2" que trata da fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários, o Senhor Procurador do Estado deliberou, com base no Parecer CODEC nº 081/2019, pela sua aprovação, com abstenção dos representantes da União Federal e da São Paulo Transportes S/A – SPTrans, fixando a remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria. Com relação ao item "3" que versa sobre alteração do estatuto social, em conformidade com o recomendado pelo Ofício CODEC nº 297/2019, deverá contemplar o seguinte: Artigo 1º - inclusão da denominação "empresa pública", em razão da realização do resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, passando a vigorar a seguinte redação: "ARTIGO 1º - A sociedade por ações denominada COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis Federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 113.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais e aplicáveis"; e Capítulo XVII – Disposição transitória – exclusão dos artigos constantes da Disposição Transitória, em razão de as situações nele previstas estarem superadas – prorrogação dos mandatos dos Conselhos antes exigibilidade do procedimento de supervisão do Comitê de Elegibilidade e o resgate da totalidade de ações de titularidade de acionistas privados. O Senhor Procurador do Estado deliberou pela aprovação deste item da pauta, com abstenção dos representantes da União Federal e da São Paulo Transportes S/A – SPTrans. O Senhor Procurador do Estado aprovou a consolidação do estatuto social, nos termos do documento anexo, que passa a ser parte integrante do Parecer





COFEP  
18 07 19

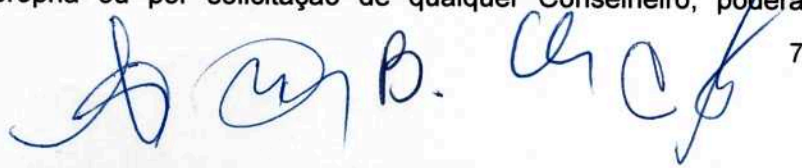
(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)  
CODEC nº 081/2019, com o seguinte teor: **"ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - ARTIGO 1º** - A sociedade por ações denominada **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais n.ºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro** - O prazo de duração da empresa é indeterminado. **Parágrafo segundo** - A empresa tem sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro** - Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a empresa poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **ARTIGO 2º** - Constitui objeto da empresa: I - planejamento, estudo, projeto, construção, implantação, exploração e manutenção das obras e serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, compreendendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; II - execução das obras e dos serviços complementares ou correlatos, necessários à integração do sistema de transporte por ela operado ao complexo urbanístico das cidades servidas pelo sistema; III - operação de conexões intermodais de transporte de passageiros no sistema por ela explorado, como terminais, estacionamento e outras correlatas; IV - prestação a terceiros de serviços de transporte de cargas, ou de passageiros, de passagem pelo território por ela servido; V - comercialização de marca, patente, nome e insígnia; comercialização de áreas e espaços para propaganda; prestação de serviços complementares de suporte ao usuário, por si ou por meio de terceiros, com ou sem cessão de uso predial; VI - comercialização de tecnologia, direta ou indiretamente, em sociedades ou em consórcios; prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e apoio técnico; prestação de serviços de operação e manutenção de equipamentos; construção e implantação de sistemas de transporte e terminais de passageiros, no país ou no exterior; VII - edição de jornais, revistas e outras publicações de caráter técnico ou comercial. **Parágrafo único** - Para o cumprimento do disposto neste artigo, a empresa poderá participar de outras empresas, celebrar convênios e contratos de prestação de serviços, gerenciamento de bens ou quaisquer serviços, de transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, com municípios e empresas ligadas ao sistema de transporte de passageiros em Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo bem como promover desapropriações. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - ARTIGO 3º** - O capital social é de R\$ 15.284.558.521,50 (quinze bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), dividido em 509.485.284.050 (quinhentos e nove bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e cinquenta) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único** - Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 21.000.000.000,00 (vinte e um bilhões de reais), representado por 700.000.000.000 (setecentos bilhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **ARTIGO 4º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - ARTIGO 5º** - A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da empresa. **Parágrafo primeiro** - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo** - A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro** - O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na empresa. **Parágrafo quarto** - A ata da Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, § 1º, da Lei federal nº 6.404/1976. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA - ARTIGO 6º** - A empresa será administrada

 6



DUCESP  
18 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)  
pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 7º** - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da empresa. **Composição, Investidura e Mandato - ARTIGO 8º** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo primeiro** - O Diretor-Presidente da empresa integrará o Conselho de Administração enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo** - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da empresa que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados - ARTIGO 9º** - Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro** - O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo** - O regimento interno do Conselho de Administração poderá estabelecer requisitos de elegibilidade e outras condições para o exercício do cargo de representante dos empregados, além dos requisitos e das vedações do artigo 17, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários - ARTIGO 10** - É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei federal n.º 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Membros Independentes - ARTIGO 11** - O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal n.º 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "a", do artigo 116, da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** - A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições - Artigo 12** - Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único** - Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento - ARTIGO 13** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da empresa. **Parágrafo primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo** - O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto** - Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto** - O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá

 7



DUCESP  
15.07.19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

convocar diretores da empresa para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto** - As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da empresa, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

**Parágrafo sétimo** - Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo** - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

**Parágrafo nono** - As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo** - Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições**

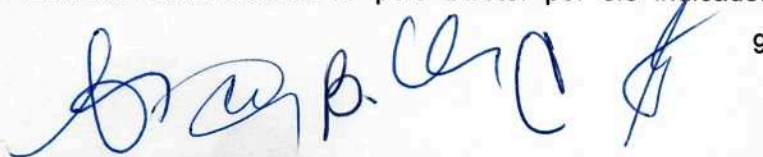
**- ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I - aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II - aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III - aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V - promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa; VI - fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII - determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la; VIII - aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX - promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X - definir os objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da empresa e o seu objeto social; XI - deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela empresa, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII - autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações; XIII - deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV - fixar o limite máximo de endividamento da empresa; XV - elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI - deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício em curso ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral; XVII - propor à Assembleia Geral o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício social findo; XVIII - deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XIX - autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e



DUCESP  
15 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas; XX - aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da empresa; XXI - conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXII - aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIII - manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXIV - avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXV - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes; XXVI - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a empresa, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XXVII - estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; XXIX - indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente; XXX - apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente; XXXI - aprovar o Código de Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC; XXXII - aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; XXXIII - supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade; XXXIV - aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei federal n.º 13.303/16; XXXV - aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das Diretorias; XXXVI - eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria. **Parágrafo único** – O acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, poderá manter interlocução com os membros do Conselho de Administração, para dar conhecimento de assuntos que considerar de interesse estratégico, nos termos da alínea “b”, do artigo 116, da Lei n.º 6.404/1976, em especial: I - eleição de membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria; II - proposta de destinação do resultado do exercício; III - plano de Empregos e Salários; IV - fixação ou alteração de quadro de pessoal; V - admissão de pessoal mediante abertura de concurso público; VI - celebração de acordo coletivo de trabalho. **CAPÍTULO VI – DIRETORIA - Composição e Mandato - ARTIGO 15** - A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, um com atribuições específicas para a matéria financeira, um com atribuições para a área operacional, um para a área de engenharia e um para a área de planejamento, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** – É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela empresa. **Vacância e Substituições - ARTIGO 16** – Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções. **Parágrafo único** – Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado.



9



DIÁRIO  
15 DE 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

**ARTIGO 17** – Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo Diretor de idade mais elevada. **Funcionamento - ARTIGO 18** – A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer. **Parágrafo primeiro** - As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo** - As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. **Atribuições - ARTIGO 19** – Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada: I - Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; b) a proposta de plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da empresa, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da empresa; e) os relatórios trimestrais da empresa acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da empresa; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16. II - Aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas; c) o plano anual de seguros da empresa; d) normas gerais para melhorar o desenvolvimento das atividades da empresa, observadas as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração; e) normas para aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, respeitadas a legislação vigente e as orientações traçadas pelo Conselho de Administração; f) normas de operação do sistema de transporte sobre trilhos ou guiados, para cumprimento de dispositivos legais e regulamentares; g) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da empresa e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. III - Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e for inferior a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). c) a cessão de uso de marcas, patentes, nomes e insígnias; d) a contratação de seguros, obras, serviços, estudos, projetos, pesquisas, empréstimos e financiamentos; e) a prática de atos no exterior, dos quais decorram obrigações para a empresa, que poderá ser representada por um Diretor ou um procurador; f) a realização de viagens ao exterior, de Diretores e empregados, por necessidade estrita do serviço, observadas a legislação em vigor e as determinações do acionista controlador; g) desapropriações. **ARTIGO 20** - Compete ao Diretor-Presidente: I - representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II - representar institucionalmente a empresa nas suas relações com

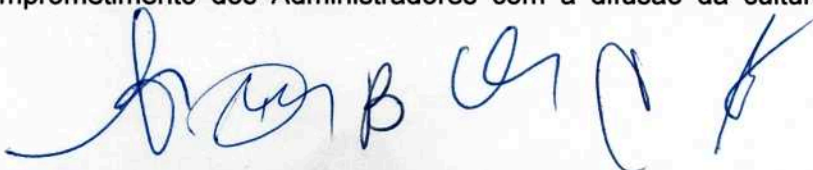




DUCEAP  
18 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV - coordenar as atividades da Diretoria; V - expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram; VI - coordenar a gestão ordinária da empresa, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII - coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII - promover a estruturação organizacional e funcional da empresa, observado o disposto no artigo 14, XXXV, deste Estatuto; IX - expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da empresa; X - provocar a manifestação do Conselho de Administração, sempre que julgar necessário; XI - propor à Diretoria as medidas de interesse da empresa que dependam de sua aprovação; XII - aprovar normas administrativas e técnicas, implementadoras das normas gerais aprovadas pela Diretoria; XIII - autorizar viagens no país, de Diretores e empregados, por necessidade estrita do serviço, observadas a legislação em vigor e as determinações do acionista controlador; XIV - autorizar a comercialização referente a propaganda e publicidade; XV - autorizar a edição de jornais, revistas e outras publicações de caráter técnico ou comercial, de responsabilidade da empresa. **Parágrafo único.** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da empresa - ARTIGO 21** – A empresa obriga-se perante terceiros: I - pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira; II - pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III - pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV - pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único** – Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - ARTIGO 22** - A empresa terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **ARTIGO 23** – O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** – Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **ARTIGO 24** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários - ARTIGO 25** – É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea "a", do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** – É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "b", do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal n.º 6.404/1976. **CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA - ARTIGO 26** - A empresa terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno: I - referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; II - analisar as demonstrações financeiras; III - promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; IV - garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; V - garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; VI - zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da empresa; VII - avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de





DIÁRIO  
13 OF 13

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

integridade e a valorização do comportamento ético; VIII - monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. **ARTIGO 27** - O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo primeiro** - O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo** - Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo terceiro** - A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **ARTIGO 28** - O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, nos termos da Lei. **CAPÍTULO IX - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO - ARTIGO 29** - A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo primeiro** - O Comitê: I - emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II - verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III - deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV - deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo** - Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários. **Parágrafo terceiro** - Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto** - Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa. **ARTIGO 30** - Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei federal n.º 6.404/1976. **ARTIGO 31** - O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões daquele Colegiado, com direito a voz, mas não a voto. **Parágrafo único** - Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexa. **CAPÍTULO X - ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE INTERNO - ARTIGO 32** - A empresa terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro** - A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo** - A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **ARTIGO 33** - Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal n.º 13.303/2016, o seguinte: I - estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos



SECRETARIA  
16 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

membros da empresa, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III - disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da empresa nestes aspectos; IV - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a empresa; V - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da empresa; VII - avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII - identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X - adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da empresa; XI - elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da empresa, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico; XII - elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual n.º 62.349, de 26 de dezembro de 2016; XIII - submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIV - manter canal institucional, que poderá ser externo à empresa, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da empresa, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade; XV - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro** - Os Administradores da empresa divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo** - Sob supervisão do Conselho de Administração, a empresa deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos. **CAPÍTULO XI - AUDITORIA INTERNA - ARTIGO 34** - A empresa terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único** - A área será responsável por aferir: I - a adequação dos controles internos; II - a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III - a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **ARTIGO 35** - A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **ARTIGO 36** - Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **ARTIGO 37** - A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **CAPÍTULO XII**





COCESP  
16 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

**- REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS - Posse, Impedimentos e Vedações -**

**ARTIGO 38** - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **ARTIGO 39** - Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas. **Parágrafo**

**primeiro** - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo** - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.

**Parágrafo terceiro** - A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. **ARTIGO 40** - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e**

**Licenças** - **ARTIGO 41** - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou

acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro** - A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo** - Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da empresa, optar pelo respectivo salário. **ARTIGO 42** - Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata.

**CAPÍTULO XIII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS - ARTIGO 43** - O

exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. - **ARTIGO 44** - As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

**Parágrafo primeiro** - O dividendo poderá ser pago pela empresa sob a forma de juros sobre o capital próprio. **Parágrafo segundo** - A empresa poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. **CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO - ARTIGO 45** - A

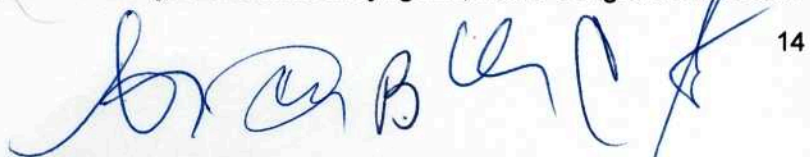
empresa entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **CAPÍTULO XV - MECANISMO DE DEFESA - ARTIGO 46** - A empresa assegurará aos membros

dos órgãos estatutários, por meio de seu Departamento Jurídico ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro** - A mesma

proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. **Parágrafo segundo** - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro** - Quando a empresa não indicar, em tempo hábil,

profissional para assumir a defesa, o interessado poderá contratá-lo por sua própria conta, fazendo jus ao reembolso dos respectivos honorários advocatícios fixados em montante razoável, se for ao final absolvido ou exonerado de responsabilidade. **Parágrafo quarto** - Além de assegurar a defesa técnica, a empresa arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo quinto** - O agente que

for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir





JUCESP  
18 07 19

(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)  
à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse da empresa. **Parágrafo sexto** - A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções. **CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO 47** - Até o dia 30 de abril de cada ano, a empresa publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **ARTIGO 48** - Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual n.º 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da empresa deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **ARTIGO 49** - A empresa deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **ARTIGO 50** - É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da empresa, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro** - A proibição presente no "caput" deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo** - A empresa observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais n.º 57.970, de 12 de abril de 2012, e n.º 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **ARTIGO 51** - A admissão de empregados pela empresa fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único** - A empresa observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto estadual n.º 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **ARTIGO 52** - A empresa observará o disposto na Súmula Vinculante n.º 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto estadual n.º 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. Por fim, o Senhor Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC n.º 081/2019, esclareceu que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC. Encerramento: Esgotada a Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 29 de abril de 2019.

Acionistas  
presentes: O Estado de São Paulo  
União Federal  
São Paulo Transporte S.A.

- representado pela Doutora Bruna Tapié Gabrielli  
- representada pelo Doutor Renato Jimenez Mariano  
- representada pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela



BRUNA TAPIÉ GABRIELLI  
(pelo Estado de São Paulo)



RENATO JIMENEZ MARIANO  
(pela União Federal)





(continuação da ata da segunda sessão da 26ª Assembleia Geral Ordinária e 53ª Assembleia Geral Extraordinária)

  
LÚCIA HELENA RODRIGUES CAPELA  
(pela São Paulo Transporte S.A.)

  
ROBERTA CAMPEDELLI A. GONÇALVES  
(pelo Conselho Fiscal)

  
MAURO AKIO SAKANO  
(pela Mazars Auditores Independentes)

  
MILTON FRASSON  
(pela CPTM)

  
SIDNEY FERREIRA  
(pela CPTM)

  
ROGÉRIO FELIPPE DA SILVA  
(pela CPTM)

